

28 ATRIBUNA VITÓRIA, ES, DOMINGO, 24 DE OUTUBRO DE 2021

Política



DA VITÓRIA, coordenador da bancada, disse que o clima entre os deputados federais é de aprovação da proposta

Aposta em redução do reajuste do aluguel

Deputados capixabas estão confiantes na aprovação da proposta que muda o índice de correção, a ser votada nos próximos dias

Rodrigo Péret

Já está em pauta para votação na Câmara Federal uma proposta de lei para alterar o índice usado no reajuste dos aluguéis de imóveis no País, que deve ser votada nos próximos dias.

Apesar de a maioria dos representantes do Estado em Brasília não opinar publicamente sobre o tema, internamente o clima é de confiança na aprovação do texto.

Hoje, a maioria dos contratos de locação prevê correção seguindo o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), que sofreu uma alta de

mais de 24% nos últimos 12 meses. O coordenador da bancada capixaba na Câmara, o deputado federal Josias da Vitória (Cidadania), disse que, a princípio, é favorável à proposta, e vê que o clima entre os deputados é de confiança para a aprovação.

"A alteração do índice de correção do IGP-M para o IPCA cria uma forma mais justa, no atual momento, de correção do valor dos aluguéis. Estou debatendo com meu partido mas a princípio sou favorável a proposta. Ela já está pautada para votação e deve ser deliberada nos próximos dias".

O deputado Amaro Neto (Republicanos) é outro que também se declarou a favor da proposta.

"Estou confiante de que será aprovada, e votarei a favor de sua aprovação. Muitas pessoas, no período da pandemia, com queda de salários e ganhos, foram surpreendidas com reajustes muito altos nos aluguéis", argumenta.

Fonte próxima aos deputados informou que havia certo receio com o projeto ter como objetivo beneficiar igrejas, que também seriam afetadas positivamente com a proposta. Isso pelo fato do autor, o deputado Vinícius Carvalho (Republicanos-SP), ser ligado à Igreja Universal. Porém, o deputado já teria negado isso aos colegas.

Mesmo assim, a aprovação ainda não é unanimidade entre parlamentares do Estado. O deputado Felipe Rígoni (PSB) vê muitos riscos na mudança. "Limitar o IPCA pode criar um grande problema de oferta no mercado imobiliário. Sou contra por isso", afirma.

Entre os outros deputados, a única que se manifestou foi Soraya Mataró (PSL), que disse que só se posicionaria no momento da discussão no Congresso. Entre os senadores, Fabiano Contarato (Rede) se manifestou, dizendo que aguardaria eventual aprovação do texto na Câmara para analisá-lo.

ENTENDA

IGP-M tem alta acumulada de 24,86%

Varição do IGP-M

> A GRANDE MAIORIA dos contratos de locação prevê reajuste seguindo o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), que sofreu uma alta de 24,86% nos últimos 12 meses.

> LOCATÁRIOS de imóveis residenciais e comerciais têm enfrentado dificuldades - com receita reduzida durante a pandemia da covid-19 ou não - para renovar o contrato seguindo a regra pré-estabelecida para o reajuste.

> JÁ ACONTECERAM decisões judiciais nas quais o inquilino conseguiu ter esse indicador substituído pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que teve alta de 10,25%

nos últimos 12 meses.

> DE OLHO na inflação acelerada do índice IGP-M, que ainda não tem perspectiva de redução, alguns inquilinos que alugaram imóveis na pandemia já estão pedindo que o contrato de aluguel siga o IPCA ou outro índice mais provável.

Especialistas pregam diálogo

> CONFORME PUBLICADO na edição do dia 12 de outubro de A Tribuna, especialistas, como a Associação das Empresas do Mercado Imobiliário no Estado (Ademi-ES), defendem uma negociação entre locador e locatário sem interferência externa, tendo em

vista que a relação entre as partes deve ser harmoniosa e pensada no bem dos dois lados.

Regularização

> O PL 1026/21 quer determinar que o índice de correção dos contratos de locação residencial e comercial não poderá ser superior ao índice oficial de inflação do País, o IPCA.

> A PROPOSTA seria votada na última quinta-feira, mas acabou não sendo discutida ainda na Câmara Federal. A tendência é que a discussão ocorra até o fim de novembro.

Fonte: Câmara dos Deputados.